



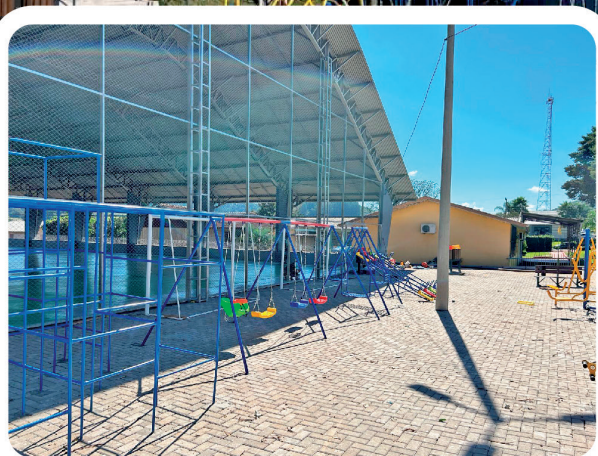
NOVO ESPAÇO ESPORTIVO

QUADRA COBERTA MUNICIPAL

A Quadra Coberta está pronta para a comunidade desfrutar de diversas modalidades esportivas, sendo também um espaço importante para as escolas realizarem suas atividades de Educação Física.

R\$ 992.000,00

EM INVESTIMENTOS



NOVO PARQUINHO PARA AS CRIANÇAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL

www.santaceciliadosul.rs.gov.br



Parabéns aos munícipes pelos

24

anos

de História e Desenvolvimento de nossa comunidade

O Poder Legislativo é parceiro de todos para que nosso município cresça cada vez mais!

É o desejo da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cecília do Sul.



“Estou comprometido em promover o diálogo e buscar o consenso entre os diferentes interesses políticos”

Presidente do Legislativo de Santa Cecília do Sul, Douglas Brock fala sobre sua atuação na liderança dos trabalhos na Câmara

O Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Cecília do Sul, Douglas Brock (MDB), em entrevista ao Jornal Novo Tempo avaliou sua caminhada à frente do Legislativo. Confira a entrevista na íntegra:

NT: Como o senhor avalia estar na presidência da câmara segundo o acordo de rodízio das bancadas da situação?

Douglas: No exercício da presidência do legislativo de Santa Cecília do Sul, conforme o acordo de rodízio das bancadas da situação, considero uma grande responsabilidade representar e liderar os trabalhos desta Casa Legislativa. Estou comprometido em promover o diálogo e buscar o consenso entre os diferentes interesses políticos, vi-

sando sempre o bem-estar da nossa comunidade, pois estou no meu segundo mandato como vereador.

NT: Como foi a experiência de estar à frente do executivo por uma semana?

Douglas: A experiência de estar à frente do executivo por uma semana foi desafiadora e enriquecedora. Pude vivenciar de perto as demandas e responsabilidades do cargo, compreendendo a importância da gestão eficiente e transparente para o desenvolvimento do município.

NT: O que se pode esperar dos trabalhos da câmara neste ano eleitoral?

Douglas: Quanto aos trabalhos da câmara neste ano eleitoral, esperamos manter

a autonomia e imparcialidade na análise e votação das propostas, priorizando sempre os interesses da população. Será um período de intensa atividade legislativa, onde buscaremos contribuir para o avanço e aprimoramento das políticas públicas locais.

NT: Deixe uma mensagem a população de Santa Cecília do Sul pela passagem dos 24 anos de emancipação do município.

Douglas: Que este seja um momento de reflexão sobre nossas conquistas e desafios, e de renovação do compromisso com o desenvolvimento e o bem comum. Juntos, podemos construir uma cidade cada

vez mais próspera e inclusiva. Parabéns, Santa Cecília do Sul.



Douglas Brock (MDB)



ROTEIROS DE COLETA PREFEITURA DE TAPEJARA



5h30min

Saída para Água Santa (Polo Aparecida)
Lot. Damin, Lot. Colussi, (saída Santa Cecília do Sul) até a Rua Cel. Lólio

6h

Saída para Ibiacá

7h

Bairro São Cristóvão
Saída para Charrua- Bairro Real I e Real II, Lot. Zoppas e Lot. Favaretto

7h30min

Bairro Nazaré

8h

Bairros Sol Poente e Polo Fátima

8h30min

Bairro São Paulo
(Mutirão, Coohasa, Lot. Bianchini)

9h

Bairro 13 de Maio

10h

Sol Nascente (Villa Rica)

10h30min

Saída para Passo Fundo (Cond. Izidoro Danielli e Dist. Industrial)
Lot. Casanova (saída para a Linha Quatro)

Para maiores informações



(54) 3344-3305

COPECICLA.COM.BR

@COPECICLA

16h em
diante

(sábados)

18h em
diante

(segunda a sexta-feira)

Centro (trecho entre o
trevo da saída para
Ibiacá até o trevo da
Av. Valdo Nunes Vieira,
e das ruas Padre
Anchieta à Julio de
Castilhos)

Tenha acesso
versão digital



NOVO

Acesse: novotempotapejara.com.br

Tapejara, 16 de abril de 2024 Edição 677 R\$ 4,00

tempo

EM COLETIVA DE IMPRENSA, PREFEITO BIG ANUNCIA CONQUISTAS E INVESTIMENTOS PARA TAPEJARA



PÁGINA 05

Profissionais da imprensa receberam em primeira mão um exemplar de prestação de contas da Administração Municipal.

IBIAÇÁ

Confira as notícias Executivo
e Legislativo

PÁGINAS 08

VILA LÂNGARO

Município adquire veículo
para a Saúde

PÁGINA 12

SANANDUVA

Rede Municipal recebe
novas bibliotecas

PÁGINA 17

ANUNCIE NO IMPRESSO

NOVO tempo



tua participação *transforma*

Tua cooperativa quer ouvir você!
Participe dos eventos e decisões da Cotrijal.

Sua opinião é importante! Ela fortalece a
cooperativa e ajuda a construir um
futuro sustentável para todos.

20
ASSEMBLEIAS
24
. participe . opine . construa .

cotrijal



Câmara aprova repasse de recursos à JCI-Tapejara

Valor de R\$ 30 mil será utilizado para custear parte das despesas com o Projeto Espaço Gestão 2024



Vereadores de oposição na Sessão Ordinária de 08 de abril



Vereadores de situação na Sessão Ordinária de 08 de abril

A Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Tapejara ocorreu dia 08 de abril na Sala de Sessões Zalmair João Roier. Além da presença expressiva de público, o Legislativo contou com a assistência das plataformas de transmissão e Rádio Tapejara. Confira o que esteve no Expediente do Dia:

Projeto de Lei do Executivo nº 025/2024; Indicação nº 009/24; Projeto de Lei do Executivo Nº 025/24. Que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria, através de Termo de Fomento e repassar recursos financeiros a Junior Chamber International Tapejara – JCI Tapejara.

- Indicação nº 009/24. De autoria do vereador Celso Fernandes de Oliveira do CIDADANIA. “Sugere ao Poder Executivo através da Secretaria Municipal da Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, realize uma Homenagem a ex juízes e bandeirinhas.

Projeto de Lei do Executivo nº 021/2024. Que referenda Termo de Doação de bens recebidos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense do Ministério da Educação. Aprovado por Unanimidade;

- Projeto de Lei do Executivo nº 023/2024. Que autoriza o Poder Executivo a firmar parceria através de Termo de Fomento e repassar recursos financeiros a Junior Chamber Inter-

national Tapejara – JCI Tapejara. A serem utilizados para custear parte das despesas com o Projeto Espaço Gestão 2024 no valor de 30.000,00. Aprovado por Unanimidade.

- Indicação nº 008/2024 de autoria da vereadora Altamir Galvão Waltrich do MDB. “Sugerindo ao Poder Executivo Municipal através dos setores

competentes, que estudem a viabilidade de construir uma faixa elevada/redutor de velocidade na Avenida Sete de Setembro no sentido saída para Passo Fundo, nas proximidades da Empresa Java-li”. Aprovado por Unanimidade;

Permaneceram em Pauta o Projeto de Lei do Executivo nº 025/2024 e a Indicação nº 009/24.



Presidente Adriana Bueno Artuzi conduziu os trabalhos da Sessão Ordinária

EXPEDIENTE

CNPJ: 03.228.557/0001-72
Editor: Rodinei Agostini - MTB 9418
Diretor Geral: Rodinei Agostini
Diagramação: Fernanda A. da Silva

Comercial: Marilise Bortolotto
Assinaturas: Emílio Tessari
Financeiro: Mirtis Falcão
Impressão: Gráfica Araucária - Lages, SC
Tiragem: 2.000 exemplares

NOVO tempo

Rua Independência, 279, sala 305 - Tapejara-RS
Contato: (54) 3344.2325 - (54) 9 8402.5591
E-mail: novotempo@netvisual.com.br

Abrangência:

Tapejara, Água Santa, Santa Cecília do Sul, Vila Lângaro, Ibiaçá, Sananduva, Charrua, Coxilha, Sertão, Getúlio Vargas, São João da Urtiga, Santo Expedito do Sul, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Lagoa Vermelha, Mato Castelhano e Passo Fundo.

Treinamento promovido pela Secretaria de Educação e Brigada Militar reforça prevenção à violência nas escolas

Evento contou com a participação de 400 funcionários da Rede Municipal de Ensino



Pasta realizou um treinamento especializado voltado para a prevenção e resposta à violência em ambiente escolar

A Secretaria de Educação de Tapejara organizou, na segunda-feira, 08 de abril, um evento de suma importância para a comunidade escolar. Em parceria com a Brigada Militar, a Pasta realizou um treina-

mento especializado voltado para a prevenção e resposta à violência em ambiente escolar. Esta iniciativa representa um marco no compromisso da Gestão Big-Gipe em garantir a segurança e o bem-estar dos estudantes

tapejarenses.

Realizado na Escola Municipal Leonel de Moura Brizola, o treinamento contou com a participação ativa de cerca de 400 funcionários da Rede Municipal de Ensino. Ministrado pelo efetivo da Brigada Militar, o evento focou em capacitar equipes gestoras, professores e demais funcionários das instituições de ensino, oferecendo orientações fundamentais para identificar, prevenir e lidar com situações de violência dentro das escolas.

Essa iniciativa se alinha com o Programa Escola Segura, uma medida instituída em 2021 pela Gestão Big-Gipe, por meio da Secretaria Municipal de Educação. O programa tem como principal objetivo promover ambientes escolares mais seguros e acolhedores para todos os envolvidos

no processo educacional. Para isso, contempla a presença de vigias em todas as escolas e creches municipais, além da implementação de sistemas de videomonitoramento.

Segundo a coordenadora-geral de Educação de Tapejara, Jaqueline Palma, tais ações não são isoladas, mas sim complementares a um conjunto de medidas já implementadas pelo governo de Tapejara. “O treinamento realizado na segunda-feira eleva o patamar de conhecimento e técnicas disponíveis para enfrentar os desafios relacionados à segurança nas escolas”, explicou a coordenadora.

Na quinta-feira, dia 11 de abril, foi a vez servidores das creches municipais receberem o treinamento. A ação também ocorreu na Escola Leonel Brizola.

Prefeito Big anuncia conquistas e investimentos para Tapejara: educação, infraestrutura e turismo em destaque

Novidades foram anunciadas durante entrevista coletiva realizada na manhã de quinta-feira, 11 de abril

O prefeito Evanir Wolff (Big) concedeu uma entrevista coletiva à imprensa tapejarenses na manhã de quinta-feira, 11 de abril, trazendo importantes novidades e conquistas para o Tapejara. O encontro foi realizado no gabinete do Centro Administrativo Municipal Padre Raimundo Damin.

Big iniciou a coletiva destacando a destinação de uma emenda parlamentar da deputada federal Any Ortiz, no valor de R\$ 350 mil. Essa verba, conquistada por uma articulação do vereador Celso Piffer (Cidadania), será direcionada para atender demandas importantes da população de Tapejara. Além disso, parte dos recursos também será destinada, a pedido do vereador, para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Tapejara.

Uma das grandes vitórias anunciadas pelo prefeito foi a aprovação para a implantação do Ensino Médio na Escola Estadual Valeriano Ughini. Esse feito histórico é resultado de um trabalho árduo que iniciou em janeiro de 2021, liderada pela Gestão Big-Gipe, a pedido dos pais dos alunos, com a direção e CPM da Escola Valeriano Ughini, além de vereadores e com apoio fundamental da secretária Estadual da Educação, Raquel Teixeira, e da Famurs e também do Conselho Estadual de Educação. “Esta é mais uma conquista que faz parte de um trabalho conjunto, de uma luta de vários anos e que estamos orgulhos de podermos ter este envolvimento e que irá impactar positivamente a Educação do nosso município”, comentou Big. A expectativa é de que a primeira turma

seja aberta ainda neste ano.

O prefeito ainda destacou que, em Tapejara, atualmente, a Rede Municipal de Ensino conta com 447 alunos em creches, 645 na Educação Infantil e 2.423 no Ensino Fundamental. Destes, 403 são estrangeiros, o que representa um desafio adicional para a administração municipal. Big ressaltou ainda as iniciativas educacionais implementadas como os jogos matemáticos, educação financeira e trabalhos socioemocionais, que têm demonstrado resultados positivos na formação dos estudantes, além de outras importantes ações como ampliações de escolas e creches.

Na área de infraestrutura, o prefeito anunciou o início das obras de asfaltamento na saída para Santa Rita, em uma extensão de 1,2 km da Rua XV de Novembro, com investimentos superiores a R\$ 4 milhões. Além disso, foram apresentados projetos para pavimentação de diversas ruas da cidade, visando melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida dos cidadãos tapejarenses. Na área do turismo, o prefeito revelou um projeto de R\$ 500 mil, em parceria com o governo gaúcho, para obras de revitalização do Parque Municipal Ângelo Eugênio Dametto.

Ainda, o prefeito falou sobre a expectativa para as obras de pavimentação da ERS-428, entre Tapejara e Água Santa. Na ocasião, ele comentou que, após audiência com o chefe da Casa Civil do Estado, Artur Lemos, em Porto Alegre, a probabilidade é de que o processo de licitação para a execução da obra ocorra ainda este ano, considerando que o projeto técnico está concluído e, em

análise, no Daer.

Ao final do evento, o prefeito entregou, em primeira mão, um exemplar da revista de prestação de contas da administração municipal, referente aos trabalhos e ações realizadas pela Gestão Big-Gipe em 2023.



Prefeito Big em sua explanação à imprensa

Perda de Documento

Márcio José Maciel de Anhaia, Identidade no. 706277952, residente da Reserva Carreteiro, Água Santa – RS, comunica a perda de bloco de produtor (número, série, P186 801021 801030 – data de entrada 09/04/2018 e retirada em 16/04/2019), durante incêndio que ocorreu em sua residência há aproximadamente 3 anos. Ocorrência Policial número 998 / 2024 / 150842.

CHARRUA



Sessão Ordinária do 10 de abril teve dois projetos de lei e uma moção

Na Sessão Ordinária realizada pela Câmara de Vereadores de Charrua, na Sala de Sessões Valdir Augusto Hann, na quarta-feira, 10 de abril, foram analisados e votados os seguintes projetos:

Projeto de Lei Nº 33/2024 – Autoriza a concessão de ressarcimento de valores para construção e reformas de unidades habitacionais de pessoas carentes, com recursos do Fundo Municipal da Habitação e Saneamento; e, dá outras providências.

Projeto de Lei Nº 34/2024 – Autoriza a abertura de Crédito

Especial e Suplementar para a Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Cultura e Turismo.

Moção de Repúdio Nº 002/2024 – Moção de Repúdio ao Decreto do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Eduardo Figueiredo Cavaleiro Leite o qual modifica o regulamento do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

A próxima Sessão Ordinária acontecerá no dia 24 de abril, quarta-feira, às 19h e será transmitida para a comunidade em geral através da página: Câmara de Vereadores de Charrua-RS, no Facebook.



Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Charrua

SANTA CECÍLIA DO SUL



Sessão Ordinária teve duas Indicações Verbais e um projeto de Lei



Sessão ocorreu na segunda-feira, 08 de abril

A Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Santa Cecília do Sul ocorreu na segunda-feira, 08 de abril. Confira quais matérias estiveram em pauta:

Indicação Verbal do Vereador Cleiton à secretaria de Serviços Urbanos: que seja realizada a troca de lâmpadas queimadas.

Indicação Verbal do Vereador Fabio, a secretaria de Obras: que seja enviado uma retroescavadeira até a propriedade de Artivo Oliboni, na localidade de Linha Fernandes.

Projeto de Lei Nº 016/2024 - Extingue e cria cargo efetivo, e dá outras providências.

ÁGUA SANTA



Dia 08 de abril, a Câmara Municipal de Vereadores de Água Santa não realizou sessão ordinária devido a escolha entre os vereadores, da

não realização nesta data, pois, conforme regime interno, o Legislativo deve ter apenas quatro sessões por mês.



Acompanhe mais informações do Poder Legislativo de Água Santa através das nossas redes sociais

Participe das nossas sessões ao vivo, às Segundas-feiras, a partir das 18:30 horas, em nosso Plenário Carlos Danelli, anexo à Prefeitura Municipal.



11 DE ABRIL

Dia do
PREFEITO

Agradecemos por tornar o nosso município cada dia melhor!
Parabéns!

Câmara Municipal de Vereadores de Água Santa

Entregue a sua produção de soja na Coasa e tenha a segurança do melhor negócio.

UNIDADES DE RECEBIMENTO:

Água Santa: (54) 3180-0101 ou (54) 3180-0102

Engenho Grande (Água Santa): (54) 3180-0105

Pinheirinhos (Água Santa): (54) 3180-0106

Santa Cecília do Sul: (54) 3180-0107

Gentil: (54) 3180-0109 ou (54) 3180-0110

Gentil (cidade): (54) 3348-1153

Ciríaco: (54) 3180-0111

Cruzaltinha (Ciríaco): (54) 3180-0112

Mato Castelhano: (54) 3348-1153

Tapejara: (54) 3180-0113

Caseiros: (54) 3180-0114

Laranjeiras (Marau): (54) 3180-0116

David Canabarro: (54) 3180-0117

São José Capingui (David Canabarro): (54) 3348-1153

Lagoa Vermelha: (54) 3180-0118

Santo Antônio do Palma: (54) 3180-0119

Camargo: (54) 3180-0120

Casca: (54) 3348-1153

São José do Ouro: (54) 3348-1153

Tupanci do Sul: (54) 3180-3303





**CÂMARA DE VEREADORES
DE IBIAÇÁ**

Câmara de Vereadores de Ibiacá debate contratação emergencial de professores



A presidente Diana Germiniani conduziu os trabalhos

A Sessão Ordinária realizada pelo Legislativo Ibiacaense, na noite de 08 de abril, teve em apreciação o Projeto de Lei, PL N° 09/2024, que tinha ficado retido para estudos. Outros dois PLs foram apresentados pelo secretário Edson Angeliero e informado que serão colocados em debate na próxima Sessão. A presidente Diana Germiniani conduziu os trabalhos.

O PL N° 09/2024 foi relatado pelo vereador Alcir Stefani e trata sobre a contratação emergencial de professor: um professor de séries iniciais (20h) e um psicopedagogo (20h). Este projeto estava retido desde a Sessão anterior, em função do pedido de vistas feito pelo relator e aprovado pela maioria. A contratação emergencial e temporária visa suprir ausências de professores para atender as demandas da Educação. O relator ao fazer a exposição do PL argumentou sobre o fato do município não chamar os aprovados no concurso.

Após o debate, o PL foi rejeitado por cinco votos a quatro, sendo contrários os vereadores Alcir Stefani, Valdecir Schenatto, Altemir Domingos Suzin, Marcelo Corso e Diana Germiniani. Foram favoráveis os vereadores Belchior Teston, Vilmar Manica, Vilmar Inácio Pellin e Edimar Corso.

A próxima Sessão ocorrerá em 29 de abril e poderá ser acompanhada presencialmente ou via Facebook.



Vereadores debatem importantes projetos para Ibiacá

Programa Troca Notas está em vigor

Iniciativa deve impulsionar o comércio local com premiações

Na segunda-feira, 08 de abril, o aguardado Programa Troca Notas entrou em vigor. A partir dessa data, o cidadão ibiacaense poderá trocar suas notas por cartelas e concorrer a diversos vales-compras. Todas as notas fiscais com data a partir de janeiro de 2024 são elegíveis para participação.

O Programa Troca Notas de Ibiacá tem como principal objetivo impulsionar o comércio local, premiando tanto os consumidores quanto os produtores, usuários de serviços e contribuintes municipais.

A cada R\$ 100,00 em compras, ou a cada R\$ 2.000,00 em notas fiscais de produtos agropecuários, o consumidor terá direito a uma cartela para concorrer aos prêmios. Os sorteios serão realizados por meio de Bingo, em um local a ser divulgado próximo às datas dos sorteios. Os prêmios do Programa Troca Notas são de R\$ 500,00 podendo chegar a R\$ 2.500,00, prêmio equivalente ao primeiro lugar do sorteio de dezembro.



Para realizar a troca das notas por cupons, basta comparecer ao Centro Administrativo Municipal de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h.

Os prêmios sorteados serão disponibilizados na forma de vale-compras para utilização no comércio local. Os sorteios ocorrerão conforme o seguinte cronograma:

1° sorteio – 10 de maio – Dia das Mães: Serão sorteados 03 vale-compras no valor de R\$ 500,00 cada.

2° sorteio – 12 de junho – Dia dos Namorados: Serão sorteados 03 vale-compras no valor de R\$ 500,00 cada.

3° Sorteio – 09 de agosto – Dia dos Pais: Serão sorteados 03 vale-compras no valor de R\$ 500,00 cada.

4° Sorteio – 11 de outubro – Dia das Crianças: Serão sorteados 03 vale-compras no valor de R\$ 500,00 cada.

5° Sorteio – 21 de dezembro – Natal:

· 1° prêmio: Um vale-compras no valor de R\$ 2.500,00

· 2° prêmio: Um vale-compras no valor de R\$ 1.000,00

· 3° prêmio: Um vale-compras no valor de R\$ 500,00

· 4° prêmio: Um vale-compras no valor de R\$ 500,00

· 5° prêmio: Um vale-compras no valor de R\$ 500,00

Os cupons não sorteados permanecerão válidos até o último sorteio, que será realizado em dezembro de 2024.

Inscrições abertas para a 3ª Taça Regional de Ibiacá

A 3ª Taça Regional de Futsal de Ibiacá 2024 está com inscrições abertas desde quinta-feira, 11 de abril. Promovido pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em colaboração com o Departamento de Esportes, o evento busca reunir equipes das cidades vizinhas interessadas em competir.

A competição, que ocorrerá no Ginásio Municipal de Esportes de Ibiacá, abrange três categorias distintas: Feminino Livre, Masculino Livre e Veterano.

Para inscrições e mais informações, os interessados podem se dirigir pessoalmente ao Ginásio Municipal ou entrar em contato pelo telefone (54) 3374 1192. O horário de atendimento é das 08h às 11h30min pela manhã e das 13h30min às 17h durante a tarde.



Poder esperar pelo
melhor preço faz toda
a diferença na hora de
comercializar sua colheita

Conheça o Crédito Comercialização
para o armazenamento e a conservação
de seus produtos, para venda futura em
melhores condições de mercado.

Não é só dinheiro.
É um parceiro para o
produtor rural contar.

O Sicredi é uma instituição financeira com raízes
no setor rural e que oferece as melhores soluções
para a produção prosperar: crédito rural,
consórcios, investimentos, seguros e muito mais.

Visite sua
agência e
contrate.

Escolha o melhor
momento para vender
sua produção agrícola.



sicredi.com.br



Moradia digna para quem mais precisa

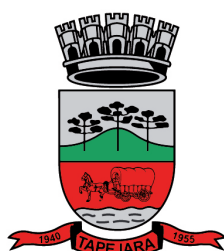
Mais de 750 ações po já são realidade

Objetivo é de ultrapassar o número d



Um do maiores projetos
habitacionais da história
do município

As ações incluem novas casas, reformas, regularizações fundiárias, substituição de aberturas, telhados novos, entradas de energia elétrica, entre outras melhorias.

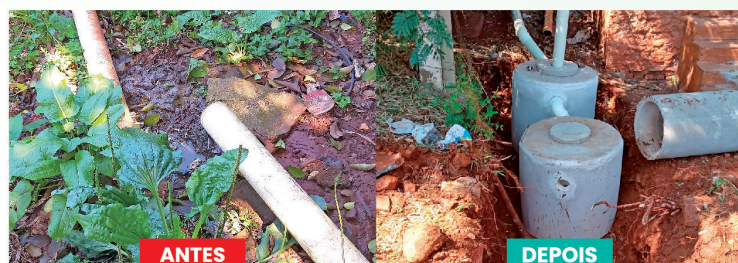


Tapejara em
transformação

Moradia digna para quem mais precisa

Para moradias dignas le em Tapejara

le 1.000 ações para moradias dignas.



VILA LÂNGARO

Município adquire veículo para Secretaria Municipal de Saúde



Aquisição do veículo foi por intermédio de emenda parlamentar do deputado Dirceu Franciscón

A Prefeitura Municipal de Vila Lângaro recebeu na tarde de quinta-feira, 04 de abril a entrega técnica de um veículo que será destinado à Secretaria Municipal de Saúde. Trata-se de um Fiat Cronos 0 km adquirido no valor de R\$ 98.500,00, com recursos oriundos do Ministério da Saúde, por intermédio de emenda parlamentar do deputado Estadual Dirceu Franciscón (União Brasil).

Este novo veículo representa um passo significativo no compromisso contínuo da administração municipal com a excelência dos serviços de saúde. Equipado com ar condicionado, alarme, motor biocombustível 1.3, direção hidráulica,

freios ABS e vidros elétricos, o Cronos proporcionará conforto e segurança aos pacientes.

O prefeito Anildo Costella ressaltou a importância estratégica desse investimento: “Agradecemos ao deputado Dirceu Franciscón por olhar com carinho para Vila Lângaro e destinar recursos para essa aquisição que não apenas eleva o padrão de nossos serviços de saúde, mas também demonstra nosso compromisso contínuo em proporcionar segurança e conforto aos nossos cidadãos durante seus deslocamentos para realização de exames e consultas”, finaliza o prefeito.

ÁGUA SANTA

Administração Municipal faz mudança no secretariado em cumprimento ao calendário eleitoral

A Administração Municipal de Água Santa anunciou uma mudança na equipe de secretários municipais. O Secretário de Obras e Trânsito, Lair Terres de Quadros, deixou o cargo na sexta-feira, 05, conforme o prazo de desincompatibilização estabelecido no calendário eleitoral.

O prefeito Eduardo Piccolotto agradece ao secretário Lair e destaca a dedicação ao município, além de, reconhecer a essencialidade de sua atuação durante essa gestão para contribuir no deslocamento de Água Santa.

Durante um dos momentos mais desafiadores enfrentados pelo município, nas eleições de 2023, Lair desempenhou um papel de liderança exemplar e com dedicação,

que foram fundamentais para superar as dificuldades causadas pelas condições climáticas adversas. Lair, somos gratos por ter contado com você em nossa equipe. Agora, novos projetos e realizações o aguardam. Nesse período de transição natural do processo eleitoral, buscamos realizar substituições que garantam a continuidade dos projetos em andamento. Estamos comprometidos em manter o ritmo acelerado de avanços e melhorias nos trabalhos. Estamos confiantes de que, juntos, seguiremos construindo o amanhã próspero para nossa cidade”, destaca o prefeito Eduardo.

Alex Dos Santos Olibone assumirá a frente dos trabalhos na Secretaria de Obras e Trânsito.



O secretário de Obras e Trânsito, Lair Terres de Quadros, deixou o cargo conforme o prazo de desincompatibilização



MUXFELDT, MARIN & CIA. LTDA

CNPJ: 97.578.090/0001-34 - Inscrição Estadual: 138/0018320
Rua do Comércio, 1420 - Centro
Fone: (54) 3344-1277- Fax: (54) 3344-1081
E-mail: mux@muxenergia.com.br
Site: www.muxenergia.com.br
CEP: 99.950-000 - Tapejara - Rio Grande do Sul

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perfil

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No segmento geração, possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2023 foi de 2,57 GWh. A Mux é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com 12.782 unidades consumidoras, área de concessão de 15,34 Km², e 29 colaboradores. Dispõe de uma estrutura de 207,65 km de rede de distribuição primária e secundária. Com sede em Tapejara - RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 64 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

Contexto Setorial

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O fornecimento de energia elétrica da Mux Energia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo, elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WACC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quinto ciclo da revisão tarifária da Mux Energia ocorreu em julho de 2022, sendo que o 6º CRTP ocorrerá 05 anos após esta data. A metodologia aplicada à quarta revisão tarifária periódica das concessionárias está definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que tratam do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

Reajuste/Revisão Tarifária 2023

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.221 de 18 de julho de 2023 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da Mux Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 7,51%, sendo de 4,30%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão, e de 9,64%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Desempenho Operacional

O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida e gerada para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2023. A disponibilidade de energia requerida pelo sistema de distribuição em 2023 totalizou 84.404 MWh, com aumento de 3,34% em relação à 2022. Do total dessa energia requerida, a geração própria representou 3,04%, o suprimento representou 91,31% e a micro e minigeração distribuída 5,65%. Percebe-se também em relação à 2022, queda de 18,14% na energia faturada, aumento de 104,38% de energia gerada para consumidores livres e aumento de 84,16% de energia injetada pela geração distribuída. O processo migratório para o mercado livre e o aumento da geração distribuída são os fatores influenciaram para a queda da energia faturada.

Balanço Energético em MWh							Taxa de Crescimento %				
	2023	Part. %	2022	Part. %	2021	Part. %	2020	Part. %	2019	2020/2019	2021/2020
Suprimento Ponta de Fronteira	77.069	91,31%	74.367	91,30%	75.413	93,00%	77.427	94,96%	3.385	-1,32%	-2,60%
Geração Própria - Usina Avante	2.568	3,04%	4.537	5,55%	4.360	5,19%	3.573	4,38%	-43.176	3,56%	22,11%
Micro e Mini Geração Distribuída	4.767	5,65%	2.581	3,12%	1.342	1,53%	589	0,72%	84.145	106,42%	110,97%
Total Energia Injetada	84.404	100,00%	81.484	100,00%	81.115	100,00%	81.589	100,00%	3.346	0,81%	-9,25%
Fornecimento Energia Futura**	15.376	18,21%	63.539	77,77%	64.495	79,60%	64.038	78,26%	-28.144	-1,52%	-0,15%
Fornecimento Energia Média***	15.038	17,82%	55.134	67,31%	54.181	66,22%	54.327	78,48%	-28.204	-1,54%	-0,21%
Consumidor Livre	26.941	31,92%	31.182	38,41%	31.469	38,77%	32.107	39,48%	104,38%	32,77%	-3,46%
Perdas e diferenças de Energia ***	3.805	4,51%	3.239	3,97%	3.329	4,09%	3.233	3,97%	3,37%	0,00%	-0,00%
Energia Recebida pelo Sistema de Distribuição	84.404	100,00%	81.474	100,00%	81.100	100,00%	81.589	100,00%	3.346	0,81%	-9,25%

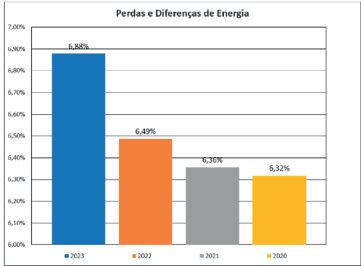
** Fornecimento futuro, considerando a totalização de energia futura para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2023.

*** Mercado cativo, valor registrado pelo medidor.

*** Para o cálculo das perdas foi utilizado o fornecimento energia média.

Perdas (%)

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre o total de energia injetada e a energia medida dos clientes (cativo + livre) pelo total da energia requerida pelo sistema de distribuição. Ao longo dos últimos anos as perdas da Mux Energia se mantiveram estáveis, tendo alcançado um nível satisfatório, considerado baixo em comparação aos níveis de perdas do sistema elétrico brasileiro. A Mux Energia busca permanentemente controlar as perdas, seja em investimentos ou melhorias.



Distribuição de Energia Elétrica

A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2023, foi de 78.913 MWh (76.674 MWh em 2022).

Dentre os consumidores cativos, a classe de consumo com maior relevância é a residencial que representa 29,89% do total do faturamento. E nos consumidores livres há uma ascendência na opção por esta modalidade que já representa 34,13% do total do faturamento.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2023 (MWh)		2022 (MWh)		Taxa Crescimento %	
	2023	Part %	2022	Part %	2023/2022	2022/2021
Residencial	23.594	29,89	22.545	29,39	4,65	5,26
Industrial	10.191	12,91	21.923	28,58	-53,51	-12,42
Comercial	13.011	16,48	12.318	16,06	5,62	6,70
Rural	171	0,22	167	0,22	2,80	-0,11
Poder Público	1.216	1,54	1.160	1,51	4,84	35,51
Iluminação Pública	1.690	2,14	3.369	4,39	-49,83	-7,95
Serviço Público	2.099	2,66	2.010	2,62	4,45	12,58
Consumo Próprio	25	0,03	27	0,04	-5,63	8,00
Consumidor Livre	26.941	34,13	13.182	17,19	104,38	12,77
Total	78.939	100	76.701	100	2,92	0,68

Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da Mux Energia no ano de 2023 atingiu 12.786 consumidores, um crescimento de 1,40% em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 176 unidades consumidoras, destas 137 são residenciais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Consumidor	2023		2022		Acrescimo	Taxa Crescimento %	
	2023	Part %	2022	Part %		2023/2022	2022/2021
Residencial	10.790	84,39	10.553	84,48	137	1,29	1,68
Industrial	60	0,47	64	0,51	-4	-6,25	-3,03
Comercial	1.804	14,11	1.766	14,00	38	2,15	1,73
Rural	14	0,11	14	0,11	0	0,00	0,00
Poder Público	86	0,67	82	0,65	4	4,88	3,90
Iluminação Pública	5	0,04	5	0,04	0	0,00	0,00
Serviço Público	19	0,15	19	0,15	0	0,00	5,56
Consumo Próprio	4	0,03	4	0,03	0	0,00	0,00
Consumidor Livre	4	0,03	3	0,02	1	33,33	50,00
Total	12.786	100,00	12.610	100,00	176	1,40	1,69

Qualidade do Fornecimento

Os indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica de maior relevância são os

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2023

Senhores Quotistas,

A Administração da Muxfeldt Marin & Cia Ltda. – Mux Energia, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da Empresa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os demonstrativos refletem os atos e operações da Empresa bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. A documentação relativa à prestação de contas encontra-se à disposição dos Senhores Quotistas, bem como estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

indicadores de continuidade do fornecimento, denominados DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) que além da metodologia de cálculo, determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia elétrica e seu restabelecimento, o qual registrou 34 minutos em 2023. A evolução destes indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2021		2022		2023	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado
DEC (horas)	9	3,91	9	1,47	9	3,35
FEC (nº vezes)	7	2,6	7	0,98	7	3,2
TMA (minutos)	-	36	-	38	-	34

* Não existe limite definido pela ANEEL para o indicador TMA.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2023 o lucro líquido foi de R\$ 1.277 mil, comparado com o de 2022 R\$ 2.573 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 31.362 mil, e em 2022 ficou em R\$ 32.915 mil.

EBITDA

O EBITDA, Lucro do Serviço - DRE, adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 1.766 mil em 2023 e R\$ 3.216 mil em 2022 representando uma diminuição de 45,09%.



Investimentos

Infraestrutura da Concessão

O maior incremento de investimentos realizados pela Empresa em 2023 foi Obras de Distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 1.168 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. Na Usina os investimentos representaram R\$ 120 mil. Demais investimentos foram em Instalações gerais.

Investimentos	2023	%	2022	%	2021	%
Obras de Geração	120	9,27	9	0,75	2	0,17
Obras de Distribuição	1.167	90,19	1.188	98,84	1.153	99,31
Instalações gerais	7	0,54	5	0,41	6	0,52
Total dos Investimentos	1.294	100,00	1.202	100,00	1.161	100,00
Origem dos Recursos	2023	%	2022	%	2021	%
Recursos Próprios	774	59,81	1.065	88,38	821	70,71
Clientes	520	40,19	140	11,62	340	29,29
Total dos Recursos	1.294	100,00	1.205	100,00	1.161	100,00

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

De acordo com a legislação setorial a Mux Energia destina 1% da sua receita líquida operacional – ROL, para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte em melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

No exercício de 2023, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 830 mil (R\$ 838 mil em 2022), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos Quotistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma Empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, relacionando os juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração

Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da Empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a Empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela Qualidade Total

A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº 61470 emitido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations. Em 2023 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Projeto e distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, das informações do cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida, bem como o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de ouvidoria”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em outubro de 2023.

Pelo 8º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio ANEEL de Qualidade, é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. Foram feitas 29.630 entrevistas em 105 distribuidoras, realizadas em 632 municípios.

As Empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Os resultados do Prêmio são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

A Empresa recebeu também o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), nos anos de 2017, 2018, 2020, 2021 e 2022 e Selo Prata no ano de 2019. premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

Responsabilidade Social

Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de Empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Mensagem de Agradecimento

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Empresa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara – RS, 18 de março de 2024.

ROGÉRIO ZIMMERMANN DOERING
DIRETOR PRESIDENTE
CPF - 487.985.280-15

BALANÇO SOCIAL				Legislação Societária			
em 31 de dezembro de				Valores expressos em milhares de reais			
				2023		2022	
1. Base de Cálculo							
Receita Líquida (RL)				31.362		32.915	
Lucro Operacional (RO)				1.264		2.723	
Folha de Pagamento Bruta (F)				3.297		2.942	
2. Indicadores Sociais Internos				% sobre		% sobre	
	Valor	FPB	RL	Valor	FPB	RL	
Encargos Sociais	794	24,08	2,53	715	24,30	2,17	
Alimentação	145	4,40	0,46	156	5,30	0,47	
Segurança	9	0,27	0,03	9	0,31	0,03	
Capacitação e Desenv. Profissional	16	0,49	0,05	5	0,17	0,02	
Outros	74	2,24	0,24	61	2,07	0,19	
TOTAL	1.038	31,48	3,31	946	32,14	2,87	
3. Indicadores Sociais Externos				% sobre		% sobre	
	Valor	RO	RL	Valor	RO	RL	
Tributos (Excluídos)	18.167	1.437,26	57,93	20.375	748,26	61,90	
Contrib. p/a Sociedade	24	1,90	0,08	16	0,59	0,05	
TOTAL	18.191	1.439,16	58,00	20.391	748,84	61,95	
4. Indicadores Corpo Funcional				Nº de Empregados		Nº de Empregados	
Nº Empreg. ativos início ano		30			30		
Nº Admissões no ano		2			1		
Nº Demissões no ano		3			1		
Nº Empreg. ativos fim ano		29			30		
Escolaridade							
Pós Graduação		1			1		
Superior		7			6		
Ensino Médio		14			14		
Ensino Fundamental		7			9		
Faixa Etária dos Empregados							
Até 30 de idade		6			6		
De 31 a 40 anos		9			9		
De 41 a 50 anos		5			7		
Superior a 50		9			8		
Mulheres que trabalham na		6			6		
Menor Aprendiz		1			2		
Nº de ações trabalhistas contr		0			0		
5. Informações referente ao exercício da cidadani							
Nº total de acidentes de trabalho		0			0		
Relação entre a maior e menor remuneração		8,95			10,60		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:							
(x) direção				(x) direção			
() direção e gerências				() direção e gerências			
() todos os empregados				() todos os empregados			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:							
(x) direção				(x) direção			
() direção e gerências				() direção e gerências			
() todos os empregados				() todos os empregados			
Nº total de reclamações/críticas consumido				355		285	
Valor adicionado a distribuir(em milhares)				23.334	%	26.324	%
Distribuição do Valor Adicionado - DVA							
Governo				80,59	Governo	79,60	
Pessoal				11,39	Pessoal	8,98	
Acionistas				5,47	Acionistas	9,78	
Financiadores				2,54	Financiadores	1,65	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em 31 de dezembro de

	Legislação Societária				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD.	QUOTAS EM TESOUR.	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	7.500	5.086	-	(30)	12.556
Dividendos Pagos	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Aquisição de quotas próprias	-	(30)	-	30	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(838)	-	(838)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.573	-	2.573
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.735	(1.735)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	7.500	5.291	-	-	12.791
Dividendos Pagos	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Aquisição de quotas próprias	-	-	-	(9)	(9)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(830)	-	(830)
Lucro líquido do exercício	-	-	1.277	-	1.277
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	447	(447)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	7.500	4.137	-	(9)	11.629

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
em 31 de dezembro de

	Legislação Societária	
	2023	2022
Atividades Operacionais	2.579	3.716
Lucro Líquido do Exercício	1.277	2.573
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	462	465
Amortização	502	493
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40)	(28)
Variáveis no ativo	3.561	4.723
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(311)	1.761
(Aumento) Redução Serviços em Curso	(168)	(193)
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	1.456	426
(Aumento) Redução Estoque	(17)	(77)
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	220	(401)
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	346	1.585
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	2.035	1.622
Variáveis no passivo	(2.721)	(4.046)
Aumento (Redução) Fornecedores	1.237	188
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	58	74
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais e Encargos Setoriais	375	(908)
Aumento (Redução) Passivos Financeiros Setoriais	(2.466)	2.330
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	120	(558)
Aumento (Redução) Outros Passivos Não Circulantes	(2.045)	(5.112)
Atividades de Investimento	(626)	(920)
Aquisições do Ativo Intangível	(1.294)	(1.205)
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	148	145
Contribuição e Doações do Consumidor	520	140
Atividades de Financiamento	(2.439)	(2.368)
Pagamento de dividendos	(1.600)	(1.500)
Aquisição de quotas próprias	(9)	(30)
Juros sobre o capital próprio	(830)	(838)
Total dos efeitos no caixa	(486)	428
Saldo inicial de caixa	2.795	2.367
Saldo final de caixa	2.309	2.795
Varição no caixa	(486)	428

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

01 – Contexto Operacional

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiacá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiacá-RS.

02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em ambos os períodos apresentados.

2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber, assim como a provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

2.3- Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, considerando ainda, quando requeridos, os ajustes por conta de utilização de estimativas contábeis, quando requeridas.

2.4- Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

03 – Principais Políticas Contábeis

3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as Empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa(indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada como uma receita de construção em contrapartida a um custo de construção, tendo também como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função de: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa. A administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivo custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata e que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data da aplicação, sujeitos a um risco mínimo de valor. São demonstrados ao custo, acrescido da remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.3 - Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros; bem como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

3.4 - Almozarifado operacional

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. Tais valores financeiros devem ser apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Em 28 de novembro de 2014, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, a qual trata do reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entendeu não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a Empresa passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis.

3.6 - Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição - VNR depreciado. Cabe destacar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

3.7 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.8 - Intangível

O ativo intangível da Empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 (R1) - OCPC 05 - Contratos de Concessão). Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados.

Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos

A Empresa avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.10 - Encargos Setoriais

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3.11 – Contingências Passivas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis. Devido a irrelevância de valores de estimativas de contingências prováveis as mesmas não foram contabilizadas.

3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, os quais são registrados contabilmente, quando requeridos.

3.13 - Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	202	179
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.107	2.616
Total	2.309	2.795

05 – Consumidores

A composição do grupo Contas a Receber de Clientes está assim representada:

Ativo Circulante		Vencidos		Total	
Classe de Consumidores	Vencidos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Subtotal	PCLD
Residencial	1.323	220	37	1.580	-30
Industrial	129	-	-	129	0
Comercial	829	59	22	910	-16
Rural	7	-	-	7	0
Poder Público	92	1	-	93	0
Iluminação Pública	50	-	-	50	0
Serviço Público	148	-	-	148	0
Consumidor Livre	647	-	-	647	0
Subtotal	3.225	280	59	3.564	-46
Serviço Taxado	8	6	1	15	-
Outros créditos(acres mor)	11	6	1	18	-
Renda não faturada	941	-	-	941	0
Total	4.185	292	61	4.538	-46

Ativo Não Circulante		Vencidos		Total	
Classe de Consumidores	Vencidos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Subtotal	PCLD
Industrial	-	-	-	599	-599
Subtotal	-	-	-	599	-599
Outros créditos	-	-	21	21	-21
Total	-	-	620	620	-620

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Principais Políticas Contábeis, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

(a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e

(b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor da provisão constituída, é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	2023	2022
Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	76	254
Programa de Integração Social - PIS	26	39
PIS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	316
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	123	180
COFINS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	892
Total	225	1.681
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	90	111
PIS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	276
COFINS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	2.204
Total	90	2.591

ICMS s/Aquisições para o Ativo Imobilizado

O ICMS incidente sobre Aquisições para o Ativo Imobilizado refere-se a créditos fiscais provenientes de compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da Empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser constituído e amortizado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por Empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

PIS/COFINS – Crédito s/Exclusão do ICMS da Base de Cálculo

Em fevereiro de 2021, a empresa obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, sob o nº 5009088-26.2018.4.04.7104, no qual foi reconhecido a mesma, o direito a repetição do indébito do PIS e da COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo, para o período compreendido entre janeiro de 2014 a fevereiro de 2021. A partir do pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil, ocorrido em maio de 2021, a Empresa passou a compensar administrativamente referidos créditos com débitos vencidos administrados pelo referido órgão.

Referido crédito, é classificado entre ativo circulante e não circulante, sendo que a parcela do crédito classificada no ativo circulante é calculada considerando as projeções de débitos a serem compensados nos próximos doze meses. Vide maiores detalhes sobre a origem, natureza e acompanhamento do saldo na Nota Explicativa nº 30.

07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens de serviço em curso - ODS, os projetos desenvolvidos pela Empresa referentes aos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, os quais fazem parte dos encargos setoriais.

No ano de 2020 foi firmando Parceria com a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência - FATEC e a FOX IOT Soluções em Equipamentos e Engenharia para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Solução Inovadora de Comunicação de Longo Alcance Bidirecional de Baixo Custo para Leitura e Gerenciamento Remoto de Unidades Consumidoras Classe B em Áreas Urbanas, Suburbanas ou Rurais”.

	2023	2022
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	689	522
Total	689	522

08 – Outros Ativos Circulantes

	2023	2022
Outros Devedores	66	63
Subsídios Tarifários *	1.003	78
Total	1.069	141

* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

09 – Ativo Financeiro da Concessão

A ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com a ICPC 01 (R1), a Empresa tem o direito de utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo somatório do ativo financeiro e ativo intangível.

Saldo inicial do Ativo Financeiro	527
Transferência do Intangível	213
(-) Transferência das Obrigações Especiais	-
Saldo final do Ativo Financeiro	740

	2023	2022
Ativo Financeiro da Concessão	740	527
Ativo Intangível da Concessão	6.926	7.068
Total Contrato de Concessão	7.666	7.595

Contrato de Concessão

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiacá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Além de todas as demais cláusulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionária deveria observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretaria a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da Empresa não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Vinculação dos Bens a Concessão

O Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, artigos 63 e 64 instituiu que os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Atualmente a Resolução Normativa Aneel 948 de 16 de novembro de 2021, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitacão de amênia prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquido de provisão para perda quando aplicável.

	2023	2022
Participações Societárias Permanentes	412	360
Outros Investimentos	70	69
Total	482	429

11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2023	2022
Em serviço (Líquido)	8.786	8.491
Em Curso	442	370
Obrigações especiais (Líquida)	(2.302)	(1.793)
Total	6.926	7.068

A movimentação do saldo ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está assim representada:

Saldo do Intangível em 31/12/2022	6.698	370	7.068
Adições	-	2.743	2.743
Baixas	(342)	-	(342)
Amortização	(445)	-	(445)
Transferência - Ativo Intangível	1.295	(2.670)	(1.375)
Transferência - Ativo Financeiro	(213)	-	(213)
Obrigações Especiais	(510)	-	(510)
Saldo em 31/12/2023	6.483	443	6.926

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores dos consumidores e dos municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do adquirente e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações está assim representada:		
	2023	2022
Participação dos Municípios	39	39
Participação do Consumidor	2.389	1.869
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	498	498
Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos	306	306
Amortização	(930)	(792)
Participações em Curso	-	(127)
Total	2.303	1.793

12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Para os ativos e passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial - Principais Políticas Contábeis, a Empresa reconheceu na contabilidade societária em conformidade com o OCP-08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os seguintes itens:

Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA.

	2023	2022
Ativo Circulante		
Reajuste Tarifário de 2023(em amortização)		
Parcela A	64	2.056
Demais ativos financeiros setoriais	849	-
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2024 Circulante		
Parcela A	236	367
Demais ativos financeiros setoriais	136	137
Total	1.286	2.560
Não Circulante		
Demais ativos financeiros setoriais	344	0
Total Ativo	1.630	2.560
Passivo Circulante		
Reajuste Tarifário de 2023(em amortização)		
Parcela A	153	
Devoluições Tarifárias	275	
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2024 Circulante		
Parcela A	34	
Demais passivos financeiros setoriais	0	2989
Devoluições Tarifárias	140	79
Total Passivo	602	3068

CVA: Conta de compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis, que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a “Parcela A” são: CDE, PROINFA, ESS e Energia Elétrica comprada para Revenda. Os custos são registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

Reajuste tarifário de 2023 em amortização: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 22 de julho de 2023 a 21 de julho de 2024.

Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2024: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2023 a 31 de dezembro 2023 os quais deverão integrar o próximo reajuste tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de energia a partir de 22 de julho de 2024.

13 – Fornecedores

	2023	2022
Encargos de uso da rede elétrica	126	159
Suprimento de energia elétrica	1.146	1.726
Compra de energia elétrica	53	14
Encargos de conexão	1.537	1.511
Materiais e Serviços	99	114
Total	2.961	3.524

São compostos por contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Empresa, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

14 – Empréstimos e Financiamentos

	2023	2022
Sicredi - Conta Disposição	1.300	-
Sicoob - Crediauc/SC - Cta. Disposição	500	-
Total	1.800	-

15 – Salários e Encargos a Pagar

	2023	2022
Folha de Pagamento Líquida	88	77
Férias	349	312
Tributos Retidos na Fonte	52	43
Consignações em Folha	9	8
Total	498	440

16– Tributos e Contribuições Sociais

	2023	2022
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	91	66
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	180	308
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	329	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	63	60
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	18	16
Tributos Retidos na Fonte	31	35
Imposto sobre Serviços	4	2
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	26	152
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	19	60
Total	761	699

17 – Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.10 - Encargos Setoriais - Principais Políticas Contábeis, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	2023	2022
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	0	10
Ministério das Minas e Energia - MME	0	5
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	91	32
Programa de Eficiência Energética - PEE	65	34
PROCEL	53	32
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	240	202
Taxa de Fiscalização	2	3
Adicional Bandeira Tarifária	0	0
Total	451	318

18 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. Em 2023, a Empresa creditou aos sócios o montante de R\$ 830 mil (R\$ 838 mil em 2022).

Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2023, a distribuição foi no valor de R\$ 1.600 mil, referente a lucros acumulados

apurados em exercícios anteriores.

	2023	2022
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP e Dividendos ref. 2022	187	-
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	830	838
Imposto de renda retido sobre JSCP	(124)	(125)
Total	893	713

19 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 7,5 Milhões, equivalente a 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil contas) no valor de R\$ 1,00 cada quota.

20 – Receita Operacional Líquida

	Nº de consumidores		MWh		Reais M\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento - Faturado						
Residencial	10.790	10.653	23.594	22.545	17.574	17.421
Industrial	60	64	10.191	21.923	6.065	12.891
Comercial	1.804	1.766	13.011	12.318	9.582	9.460
Rural	14	14	171	167	155	132
Poder Público	86	82	1.216	1.160	942	913
Iluminação Pública	5	5	1.690	3.369	720	1.512
Serviço Público	19	19	2.099	2.010	1.601	1.551
Uso da Rede Elétrica de Distribuição	4	3	26.941	13.182	6.539	2.658
Consumidores Livres	4	3	26.941	13.182	6.539	2.658
Fornecimento Não Faturado					126	-136
* Obrigações Especiais (-)					-295	-107
Ativo Financeiro Setorial Líquido					369	919
Outras receitas					5.806	5.194
Receita da Construção					1.357	1.430
Outras Receitas Operacionais (nota 21)					4.449	3.764
Receita Operacional Bruta					49.184	52.408
Deduções						
Tributos						
PIS/COFINS					4.186	4.630
ICMS					6.931	7.969
ISS					34	27
Subtotal					11.151	12.625
Encargos Setoriais						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					144	147
Programa de Eficiência Energética - PEE					136	147
Conta de Desenvolvimento Energético					6.359	6.540
Taxa de Fiscalização					32	34
Adicional de Bandeiras Tarifárias					-	-
Subtotal					6.671	6.868
Total de Deduções da Receita					17.822	19.493
Total Receita Operacional Líquida					31.362	32.915

Obs.: O valor expresso em Fornecimento Faturado foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

*Obrigações Especiais: A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

21 – Outras Receitas Operacionais

	2023	2022
Arrendamentos e Aluguéis	14	10
Renda da Prestação de Serviços	374	131
Compartilhamento de Infraestrutura	874	811
Subsídios Tarifários Fonte Incentivada e Baixa Renda	1.945	181
Subsídios Tarifários Micro e Mini Geração Distribuída	1.107	944
Serviço Taxado	107	99
Outras Receitas	28	1.588
Total	4.449	3.764

As outras receitas operacionais estão substancialmente representadas por receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, aluguéis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador.

22 – Custo com Energia Elétrica

	Quantidade em MWh		Milhares de R\$	
	2023	2022	2023	2022
Energia comprada				
Compra de Energia	50.467	61.442	10.083	11.986
Proinfa	1.158	1.491	882	1.076
Micro e Mini Geração Distribuída	4.767	2.588	2.398	1.061
Subtotal	56.392	65.521	13.363	14.123
Crédito Pis e Cofins			(1.450)	(1.910)
Total			11.913	12.213
Uso da Rede de Energia				
Encargo de Uso da Rede Elétrica			12.273	12.658
Crédito Pis e Cofins			(1.138)	(1.157)
Total			11.135	11.501
Total	56.392	65.521	23.048	23.714

23 – Custo de Operação

	2023	2022
Custo da Operação		
Pessoal	2.769	2.414
Administradores	528	528
Material	292	219
Serviço de Terceiros	684	697
Arrendamentos e Aluguéis	415	368
Seguros	16	15
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(5)	3
Tributos	32	38
Amortização	502	493
(-) Recuperação de Despesas	(35)	(31)
Outros Gastos	414	222
Custo da Construção	1.357	1.430
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	81	82
Total	7.050	6.478

24 – Receitas e Despesas Financeiras

	2023	2022
Receita Financeira		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	323	242
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	144	167
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial	-	298
Outras Receitas Financeiras	96	130
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(29)	(39)
Total	535	798
Despesa Financeira		
Juros sobre o Capital Próprio	(830)	(839)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial	(43)	(49)
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios	(67)	(2)
Outras Despesas Financeiras	(67)	(14)
Total	(1.007)	(904)

Resultado Financeiro

25 – Instrumentos Financeiros

O negócio da Empresa compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Aplicações financeiras: os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.
- Valor justo: é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Empresa, estão assim representados:

Risco de Crédito: O risco surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Empresa dos

consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros - A Empresa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

26- Provisões para Contingências

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos consultores jurídicos da Empresa que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individualizada bem como as expectativas de risco de perda, que pode ser considerada como provável, possível ou remota. Quando uma ação é avaliada com risco de perda provável, é constituída a respectiva provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam demandas judiciais cuja expectativa de perda estivesse classificada como provável, não havendo, portanto, a necessidade de se constituir provisão para contingências. Entretanto, existem diversas ações movidas por companhias seguradoras contra a Empresa pleiteando ressarcimento decorrentes de danos elétricos reembolsados aos seus segurados. Tais ações, classificadas com risco de perda “possível”, o que requer sua divulgação, importam em 31 de dezembro de 2023 em 103.746 (R\$ 70.000 em 2022).

27 – Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com cobertura suficiente para cobrir eventuais perdas, de acordo com o grau de risco e a natureza, sendo estes de forma regular e renovados anualmente, estando discriminados conforme segue:

Descrição	Inc./Rato/Expl.	Vend./Granizo	Danos Electr./Outros	Início	Término
Seguro almoarifado	600	150	20	04/2023	04/2024
Seguro demais imóveis	1550	280	85	04/2023	04/2024
Total Seguro Imóveis	2150	430	105		
Danos Mat. Danos Pes. Morte/Danos Morais					
Seguro veículos	1500	1500	200	05/2023	05/2024
Equipamentos de veículos	150	0	0	07/2023	07/2024
Total Seguro Veículos	1650	1500	200		
Morte Invalidiz					
Seguros Pessoal/Indiv.	140	140			Vencimento mensal

28 – Ajuste a Valor de Presente

A Empresa observou as disposições previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, cujos resultados apurados nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores foram considerados irrelevantes, não havendo, portanto, a necessidade de se efetuar ajuste a valor presente sobre os saldos existentes nas referidas rubricas contábeis.

29- Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societárias da Empresa estão disponíveis no site www.muxenergia.com.br.

30 – EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS – RESUMO DOS Consumidores

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio do processo nº 5009088-26.2018.4.04.7104, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 11/02/2021, adquirindo o direito de compensar os valores pagos a maior desde janeiro de 2014. Após o pedido de habilitação do crédito, passou, a partir de maio de 2021, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

A decisão transitada em julgada, autorizou a compensação dos valores pagos a maior desde janeiro de 2014. No entanto, com o julgamento pelo STF, dos

TAPEJARA

Eleita a nova corte de soberanas do Grupo da Terceira Idade de Tapejara

Concurso contou com a participação de seis candidatas

Na quarta-feira, 10 de abril, o Centro Cultural José Maria Vigo da Silveira foi palco de um momento especial em Tapejara, onde o Grupo Integrado da Terceira Idade (GITI) realizou a escolha da nova corte de soberanas para o biênio 2024/2025. Em um concurso que reuniu seis candidatas, a comunidade testemunhou a elegância, o charme e a simpatia que caracterizam as integrantes do grupo.

A escolha contou com a presença do prefeito Evanir Wolff (Big) e da primeira-dama, Nara Terezinha Wolff, da esposa do vice-prefeito Vanderleia Favreto (Keki), da presidente da Câmara de Vereadores de Tapejara, Adriana Bueno Artuzi, da coordenadora da Secretaria de Assistência Social Rosilene Col Debelli, e da presidente do GITI, Maria Pastorelo Pasquali.

Para garantir imparcialidade das soberanas, o evento contou com um painel de juradas respeitadas na comunidade, incluindo Adriana Bueno Artuzi, presidente da Câmara de Vere-

adores, Maristela Rech, presidente da APAE de Tapejara, Neuza Dalposso, patroa do CTG Manoel Teixeira, Sônia Maria Weber Bressan, presidente do Conselho Municipal do Idoso, Virgínia Crestani Viero Grandi, chefe do escritório da Emater/RS-Ascar em Tapejara, e Cirlene Lamb Girardi, gerente da Rádio Tapejara.

As candidatas ao título de rainha e princesas demonstraram talento, elegância e desenvoltura diante do público e do júri. As seis participantes, Ivanilde Guidini Damin, Maria de Lourdes Bonora, Eva Generosa Langaro, Ivone Marsiglio, Antoninha Loreci Lopes Gerlach e Carmen Lamb Três, encantaram a plateia com sua graça e simpatia.

No final do evento, após uma criteriosa avaliação, foram eleitas as soberanas que representarão o GITI nos próximos dois anos. Carmen Lamb

Três foi coroada como a nova rainha, enquanto Ivanilde Damin e Ivone Marsiglio foram escolhidas como princesas, para completar a corte.



Carmen Lamb Três, nova rainha; Ivanilde Damin e Ivone Marsiglio, princesas

SANTA CECÍLIA

Ceciliense ganha Troféu de mais novo atleta no pedal

Joaquim Noah Nunes, de apenas 4 anos, realizou o percurso de 8 km durante o 3º Pedal de Santa Cecília do Sul

Santa Cecília do Sul foi sede da 3ª Competição de Pedal, no domingo 07 de abril. A largada aconteceu pelo turno da manhã com um

grande número de ciclistas, contando com várias categorias. Mas uma participação inusitada marcou as provas: o garotinho de 4 anos de idade, que per-

correu pela primeira vez 8km com mau tempo, chuva e barro. O percurso total, era de 12km, o mais novo atleta do grupo, quase completou a prova.

Mesmo com as condições climáticas não favoráveis para pedalar, devido a chuva e ao barro, o pequeno Joaquim Noah Nunes, seguiu motivado na competição, ao lado da mãe Rubia Tuana Nunes da Silva. O pai, Elias Nunes da Silva também participou do Pedal, mas na modalidade 38km.

Em entrevista ao Jornal Novo Tempo, Elias, conta que foi o filho que os inspirou a participar das competições de pedal: “Desde outubro de 2022, quando o Joaquim aprendeu a andar de bicicleta sem rodinhas, ele já demonstrava sua paixão pelo esporte, o que também nos motivou a começar a competir e levar a bike para o âmbito profissional. É um orgulho pra nós como pais, o Joaquim ter recebido o Troféu de Ciclista mais novo no Pedal”, explicou.

Durante o trajeto, o pequeno atleta, assim como todos os demais das categorias, teve o suporte técnico da equipe organizadora. Conforme explica Elias, a Companhia do Pedal de Santa Cecília do Sul, através do seu presidente Jeovane Silva Lima, foi prestativa na participação do Joaquim durante a prova. “Todo o grupo apoiou a participação do nosso filho e ofereceu cuidados e suporte caso houvesse necessidade durante o trajeto”.

A expectativa dos pais, Elias e Rubia, é que o filho permaneça com esse amor ao esporte e reforcem o constante incentivo: “Este de Santa Cecília foi o primeiro pedal oficial que ele participou, mas sabendo de sua paixão pela bike, continuaremos incentivando sua permanência no esporte”.

O pequeno Joaquim acompanhará os pais em competição na cidade de Capão Bonito do Sul, no domingo subsequente, 21 de abril.



O pequeno Joaquim Noah Nunes, o mais novo atleta no pedal

SANANDUVA

Escolas da Rede Municipal de Ensino recebem novas bibliotecas

As bibliotecas adquiridas junto ao Programa Nacional de Assistência ao Ensino representam um investimento de aproximadamente R\$ 30 mil

Renovando o acervo das bibliotecas escolares, e colaborando com o incentivo à leitura, a Secretaria da Educação, Cultura e Desportos realizou recentemente a entrega de 1.100 exemplares de novos livros para os anos iniciais das escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Sananduva.

“O processo de leitura, como parte das aprendizagens, colabora para a ampliação do conhecimento, estimula o raciocínio, desenvolve a imaginação, a criatividade e aprimora o vocabulário.

Ao fornecer acesso a uma variedade de livros, a escola ajuda a nutrir o amor dos alunos pela leitura, tornando-os leitores ao longo da vida”, destacou o secretário interino da Pasta, Carlos José Picolotto.

As bibliotecas, adquiridas junto ao Programa Nacional de Assistência ao Ensino (PNAE), representam um investimento de aproximadamente R\$ 30 mil com recursos próprios, e se juntam com outras ações da Secretaria que visam colaborar com o processo formativo dos alunos matriculados nas escolas municipais.



1.100 novos livros foram entregues para os anos iniciais das escolas de ensino fundamental

Nova versão da Ficha de Comunicação do Aluno Freqüente é apresentada



FICAI 4.0 auxilia no processo de identificação das causas da infrequência e do abandono escolar

A Rede de Apoio à Escola (RAE) de Sananduva esteve reunida, na última semana, no auditório da Secretaria da Educação, Cultura e Desportos, com objetivo de dialogar sobre temas pertinentes ao grupo, tendo como pauta em destaque a apresentação e apreciação da nova versão da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente, a FICAI 4.0.

Segundo o Ministério Público do Rio Grande do Sul, a FICAI 4.0 tem por finalidade tornar mais efetiva as ações desenvolvidas pela escola, pela rede intersectorial, pelo Conselho Tutelar e, também, pelo MPRS, por meio da colaboração, auxiliando no processo de identificação das causas da infrequência e do abandono escolar. Ainda, busca garantir o direito de

crianças e adolescentes de acesso, permanência e aprendizagem na escola.

Durante o encontro também foram apresentados os passos para a análise de casos de alunos infrequentes ou de abandono escolar, bem como a atuação de cada órgão para o andamento da FICAI, com orientações da assessora pedagógica Elizete Alves Borges.

Na sequência, a presidente do Conselho Municipal da Educação, Lilian da Costa Minotto, falou sobre o seminário “Diálogo sobre violência e bullying nas escolas”, promovido pelo MPRS na cidade de Passo Fundo. Também, os representantes do Conselho Tutelar explanaram sobre a atuação, prerrogativas do colegiado e planejamento de ações conjuntas.

CAPÃO BONITO DO SUL

1º Cicloturismo de Capão Bonito do Sul incentiva a prática esportiva

Será no domingo, dia 28 de abril o 1º Cicloturismo de Capão Bonito do Sul. O passeio ciclístico é

promovido pela Prefeitura Municipal que busca a integração entre ciclistas da região e incentivo a prática esportiva

va e qualidade de vida. O evento também faz parte da programação do mês de aniversário do município.

A prova terá percursos de 30 km (percurso sport) e 50km (percurso pro), conforme escolha dos participantes. A concentração, largada e chegada será na Praça da Matriz, localizada na Rua Arthur Feijó- centro.

Haverá estrutura disponível para os participantes com banheiros e vestiários no local de largada / chegada, local “lava bike”. O evento também contará com pontos de hidratação, fornecendo água e frutas durante o trajeto e também no local de chegada, a disposição dos participantes. Além disso, um carro vassoura acompanhará os ciclistas, para suporte ou emergências.

Confira a programação:

06h30 – Início da retirada do “kit

atleta” que contempla a placa de identificação da Bike, Café da Manhã, Almoço, Medalha e camiseta oficial do evento.

07h45 – Agradecimentos e orientações técnicas aos participantes do evento;

Premiação:

Haverá medalhas de participação (fundida) para os atletas que concluírem o percurso; e troféu de premiação para 3 maiores grupos, atleta mais novo e atleta mais experiente

Inscrições:

Podem se inscrever atletas do sexo masculino e feminino, com idade livre a partir de 16 anos. As inscrições podem ser feitas através do site abre.ai/cicloturismocbs, até terça-feira, 23 de abril. As vagas são limitadas a 150 atletas.



Evento integra programação de aniversário do município

Paparico Bacchi toma posse como presidente da ALRS

É a segunda vez que o parlamentar do Partido Liberal preside o Parlamento gaúcho



Foto: Rodrigo Rodrigues | Pres. ALRS

Na sexta-feira (12), o vice-presidente da Assembleia Legislativa do RS (ALRS), deputado Paparico Bacchi (PL), assumiu a Presidência do Parlamento gaúcho, em

decorrência do presidente Adolfo Brito (PP) estar acompanhando comitiva governamental, em viagem oficial à Itália e à Alemanha. O deputado já havia assumido a cátedra do Legislativo gaúcho

pela primeira vez em março deste ano.

Bacchi assinou a Ata de Transmissão de Cargo, na quarta-feira, pela manhã, na Sala da Presidência, sendo empossado como presidente em exer-

cício, do dia 12 até o dia 20 de abril de 2024. Paparico atenderá, durante os nove dias, todos os compromissos do gabinete parlamentar na Presidência da ALRS.



Santa Cecília do Sul

PARABÉNS

24 ANOS DE HISTÓRIA

Nossa empresa se irmana aos municípios pela conquista de tamanho progresso e desenvolvimento!

SCAR

TUBOS DE CONCRETO

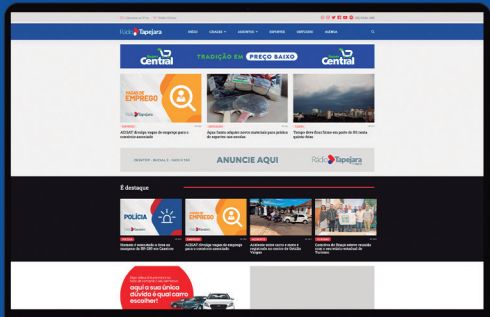
www.scar.ind.br

A nova cara da rádio

SITE NOVO NO AR

radiotapejara.com.br

+ Bonito + Intuitivo e com + conteúdo!



Rádio **Tapejara** FM101.5



Parabéns **24** Anos

Santa Cecília do Sul

**O STR saúda este pujante município.
Terra de agricultura forte.**



**Não fique só,
fique sócio**



Nossa saudação ao Município de

Santa Cecília do Sul

pelos Anos de progresso e desenvolvimento.

Parabéns a todos!



Est. BR 285 - Km 2,5 - Fone: (54) 3348.1279 - Água Santa/RS

Parabéns, Santa Cecília do Sul!

**Município que
chamamos de lar.**



Executivo conclui e entrega georreferenciamento a produtores rurais

Na noite de 08 de abril a Administração Pública Municipal, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, realizou a entrega de Georreferenciamento para 40 produtores rurais de Santa Cecília do Sul.

A Prefeitura de Santa Cecília do Sul firmou parceria com o Sebrae e Maxxim Engenharia. Os produtores do município tiveram a oportunidade de realizar o mapeamento de suas propriedades rurais totalmente gratuito. O Investimento do município foi de

60 mil reais.

Extenso período foi dedicado ao mapeamento das propriedades e identificação de lindeiros. Na ocasião esteve presente o representante da Maxxim Engenharia, João Vitor Mazzuri, representando a Secretaria de Agricultura o Vagner Luiz Ceresoli, o presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Douglas Brock e demais vereadores, o vice-prefeito, Leonardo Panisson, o prefeito, João Sirineu Pelissaro, produtores beneficiários e familiares.



Entrega realizada aos produtores do município

Entrevista com o prefeito João Sirineu Pelissaro – PDT

Novo Tempo: Como o prefeito avalia o mandato de sua Gestão?

Prefeito: Muito positiva! Enfrentamos desafios de passar por uma pandemia de proporções mundiais e conseguimos sair dela ainda mais fortalecidos. Juntamente com o vice Leonardo e toda equipe, priorizamos o atendimento das necessidades da população através de programas criados em nosso mandato, como o Saúde Urgente, Agro Mais, Agro Solar, Tecnologia no Campo, Escritura na Mão, Meu Lar, Incentivo a Construção de Passeios, Energia Solar, Programa de Georreferenciamento de Propriedades Rurais, Climatização das salas de aula e 100% das salas equipadas com telas interativas, atendimento creche em tempo integral dentro outras conquistas.

Novo Tempo: Quais as principais conquistas para os municípios?

Prefeito: Muitos investimentos realizados em todas as secretarias, contemplando aquisição de máquinas e equipamentos, unidades habitacionais, aquisição de terreno para habitação, asfalto nas ruas do perímetro urbano, melhorias na qualidade das estradas, reforma centro administrativo, conclusão de quadra coberta, aquisição das telas interativas, usinas fotovoltaicas para suprir a demanda de energia da municipalidade, aquisição de Vans, ambulância e automóveis para melhoria de transporte de pessoas, substituição de pontes de madeira por tubulação ou pontes de concreto. Ampliação nos serviços de saúde, medicamentos e exames. Auxílio a cirurgias e medicamentos que não são contemplados pela farmácia básica. Atendimento aos grupos organizados, Terceira Idade, Cavaleiros da Amizade, Cia do Pedal, Picadão em Duas Rodas, oficinas de música, banda marcial, Karatê, escolinha de futsal.

Novo Tempo: O que o prefeito destaca como marca da

Administração Municipal?

Prefeito: Mandato voltado ao bem-estar das pessoas! O ser humano no centro de todas as ações do município.

Novo Tempo: O que se projeta ainda para esse ano, que também é ano eleitoral, em termos de trabalho?

Prefeito: Obras de Asfaltamento e Saneamento Básico no Bairro Santa Clara, Asfaltamento em todas as ruas do perímetro urbano. Projeto e execução da 1ª etapa do Centro Cultural de Santa Cecília do Sul, ponte da Várzea Bonita, aprovação do Projeto da RS 430 junto ao DAER.

Novo Tempo: Sua mensagem a população nestes 24 anos do Município?

Prefeito: Em nome da Administração Pública Municipal, gostaria de parabenizar a toda população ceciliense, que juntamente com os 24 Anos de nosso município também comemora essa data. E temos muito a comemorar, desde o incansável e valoroso trabalho desenvolvido pela comissão emancipacionista, que acreditaram e lutaram incansavelmente até a emancipação de Santa Cecília do Sul. O nosso reconhecimento a todas as lideranças que contribuíram para o desenvolvimento do Município, fazendo com que seja referência

regional em serviços prestados a população, atendimento em Saúde, Educação e Assistência Social. Apoio à práticas esportivas e de lazer. Estradas com ótima trafegabilidade e condições de escoar a produção, Secretaria de Agricultura com capacidade de investimento e apoio aos produtores cecilienses. Cidade limpa, organizada, segura, definitivamente um ótimo lugar para viver!

Parabéns Santa Cecília do Sul pelos 24 anos de história!!

Parabéns população ceciliense!!!

Leonardo Panisson, vice prefeito - MDB



Santa Cecília do Sul, 24 anos de Emancipação, mais de 100 de história. Povo trabalhador e ordeiro, do pequeno vilarejo que se formou aos colonizadores que aqui se estabeleceram, as tropas que por aqui passaram, a terra que foi trabalhada, aos times do Fluminense e do Internacional, tudo foi grande!

Obrigado Santa Cecília do Sul por permitir que eu aqui formasse minha personalidade; obrigado a todo povo.

Parabéns ao Município pela passagem desta data importante, que será eternamente lembrada através das gerações.